



Audiência Pública debate desconto de 14% dos aposentados do serviço público estadual

A Comissão de Finanças e Tributação promove nesta quarta-feira (04/10), às 9h30, no Plenário Deputado Osni Régis, discussão sobre a revogação ou alteração da alíquota de 14% na contribuição previdenciária dos servidores públicos ao regime de Previdência Social do Estado. A proposição é do presidente do colegiado, deputado Marcos Vieira (PSDB).

Em discussão, a última reforma da previdência feita em 2021 durante a gestão do governador Carlos Moisés. A justificativa dos parlamentares é de que a análise dos efeitos financeiros e orçamentários da alteração dessa alíquota compete à Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, nos termos do artigo 73 do Regime Interno da Alesc.

Em Santa Catarina, o marco legislativo foi uma lei complementar de 2008, que previa contribuição de 11% a todos os servidores. Em 2021, o percentual foi alterado por outra lei complementar, passando tributar os servidores estaduais com a alíquota de 14% sobre o salário. Esse tributo não faz distinção de rendimento, aplicando-se indistintamente a todos os servidores públicos, inclusive os aposentados.

Já tramita na Assembleia Legislativa um projeto de lei que acaba com o desconto de 14% dos servidores aposentados de Santa Catarina. A proposta do deputado Fabiano da Luz (PT) obriga a revogação da alíquota a partir de 2024.

Hoje, somente os aposentados que recebem menos de um salário mínimo não têm o desconto de 14% em folha – o que soma pouco mais de 700 servidores. Discutido por um grupo de trabalho IPREV, o projeto do atual governo para a redução da alíquota de 14% prevê que o teto de isenção do desconto suba gradativamente até 2026, quando atingirá três salários mínimos.

Audiência Pública debate desconto de 14% dos aposentados do serviço público estadual

Data: 4 de outubro de 2023

Hora: 9h30

Onde: Plenário Deputado Osni Régis - Alesc

Proponente: deputado Marcos Vieira (PSDB), Comissão de Finanças e Tributação

Transmissão ao vivo pelo [youtube.com/assembleiasc](https://www.youtube.com/assembleiasc)

Requerimento aprovado na reunião da Comissão de Finanças e Tributação do dia 16/08/2023